

sobre-a-lei-geral-de-protacao-de-dados/ Formulário de inscrição para curso referido acima:

<https://acesse.one/9R4xa>

Não há cursos equivalentes disponibilizados.

Após o envio das respostas para inscrição, via *Google Forms*, o candidato verá na tela seguinte a senha de acesso. Favor anotar.

1. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:

A Comissão Coordenadora do Programa (CCP) ficará responsável por coordenar o processo seletivo e designar os integrantes da comissão de seleção encarregados da avaliação dos candidatos nas provas estabelecidas no edital. A CCP poderá também designar, caso julgue necessário, um(a) servidor(a) para acompanhar a aplicação das provas, sejam elas dissertativas ou de múltipla escolha, além de prestar apoio na correção das provas de múltipla escolha.

A Comissão Examinadora para Seleção, indicada pela Comissão Coordenadora do Programa será composta por 3 (três) professores pertencentes ao quadro de orientadores do Programa e que terão a tarefa de aplicar o processo de seleção e indicar à Comissão Coordenadora do Programa os candidatos selecionados para homologação.

O candidato poderá solicitar a revisão do resultado, no prazo máximo de 05 dias úteis, contados a partir da data de divulgação do resultado, mediante requerimento formal dirigido ao Coordenador do Programa.

1. **Prova escrita:** (peso 9), com caráter eliminatório, onde serão avaliadas as capacidades de raciocínio científico e interpretação de resultados sobre temas definidos: Evidências científicas, Tópicos de Imagem em Medicina Interna, Músculo Esquelético, Cardiovascular/Tórax, Radiologia Intervencionista, Neuroradiologia; e Física Médica. Será atribuída nota da prova de 0,0(zero) a 10(dez), e será eliminatória para os que obtiverem menor que 5,0 (cinco).

Será eliminatória para os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência, que obtiverem nota menor que 4,0 (quatro).

1. **Análise de Curriculum Vitae com arguição:** (peso 1), com caráter classificatório, visando identificar as motivações do candidato para a busca de formação profissional. Será atribuído nota de 0,0(zero) a 10(dez);

Nota final: Será calculada através da média ponderada entre a prova escrita e a análise de currículo.

Além das provas anteriormente mencionadas, os candidatos serão entrevistados, sem caráter eliminatório ou classificatório, visando identificar a linha de pesquisa e o projeto de pesquisa mais adequado para a vinculação do aluno.

Os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5 (cinco) serão classificados e selecionados e poderão ser aceitos para ingressarem no programa, mediante disponibilidade de orientador e conforme o número de vagas informado neste Edital do Processo Seletivo. Os candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência que obtiverem nota final igual ou superior a 4,0 (quatro) serão classificados e selecionados e poderão ser aceitos para ingressarem no programa, mediante disponibilidade de orientador e conforme o número de vagas informado neste Edital do Processo Seletivo

PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA:

Ambas as áreas:

- Harbour R, Miller J. A new system for grading recommendations in evidence based guidelines. *BMJ*. 2001 Aug 11;323(7308):334-6. doi: 10.1136/bmj.323.7308.334.

Área de Imagem Médica (Diagnóstica ou Terapêutica):

- Medicina Interna = Abdominal -Pelvic MRI, 2 Volume Set by R.C. Semelka;
- Neuroradiologia= Magnetic Resonance Imaging of the Brain and Spine by S.W. Atlas, Lippincott Williams & Wilkins, 3.ed., 2002.
- Radiologia intervencionista= Intervenção Percutânea – Coleção Radiologia Intervencionista. R.B. Levigard, M.R. Menezes, SOBRICE/CBR, Rio de Janeiro: GEN / Guanabara Koogan, 1.ed., 2020.
- Radiologia torácica e cardiovascular = Thoracic Imaging: Pulmonary and Cardiovascular Radiology by W.R. Webb and Ch.B. Higgins, Lippincott Williams and Wilkins, 3.ed., 2016;
- Sistema Musculoesquelético = Bone and Joint Imaging by D. Resnick and M. Kransdorf, Saunders, 3.ed., 2004;

Área de Física Médica

- Física Médica = The Essential Physics of Medical Imaging by J.T. Bushberg, J.A. Seibert, E.M. Leidholdt Jr. and J.M. Boone, Lww, 3.ed., 2011; Treatment Planning in Radiation Oncology by F.M. Khan, J.P. Gibbons and P.W. Sperduto, Lippincott Williams & Wilkins, 4.ed., 2016; Intermediate Physics for Medicine and Biology by R.K. Hobbie and B.J. Roth. Springer, 5.ed., 2015.

ORIENTADORES:

Prof. Dr. André Schmidt

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

Prof. Dr. Carlos Ernesto Garrido Salmon

Prof. Dr. Daniel Giansante Abud

Dr. Danilo Tadao Wada

Prof. Dr. Jorge Elias Júnior

Profa. Dra. Juliana Fernandes Pavoni

Dra. Leonor Garbin Savarese Hernandez

Prof. Dr. Marcel Koegnigkan-Santos

Prof. Dr. Marcello Henrique Nogueira-Barbosa

Profa. Dra. Tatiane Mendes Gonçalves de Oliveira

Prof. Dr. Valdair Francisco Muglia

INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 07/2026 ICMC

INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ICMC/USP

O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 07/2026 - ICMC (Pregão Eletrônico nº 90007/2026), do

tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de notebooks**, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas: 18/06/2026.

Data da sessão pública: 01/07/2026 às 09h00 – Horário de Brasília.

Acesso à sessão por intermédio do Sistema de Compras do Governo Federal denominado "Compras Gov" através do site www.gov.br/compras.

O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 18/06/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.gov.br/pncp) e nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

Anexo(s):

[Edital PE 07-2026 .pdf](#)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2026 - ICMC

INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DE COMPUTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ICMC/USP

O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 08/2026 - ICMC (Pregão Eletrônico nº 90008/2026), do tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de aparelhos condicionadores de ar**, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas: 18/06/2026.

Data da sessão pública: 06/07/2026 às 09h00 – Horário de Brasília.

Acesso à sessão por intermédio do Sistema de Compras do Governo Federal denominado "Compras Gov" através do site www.gov.br/compras.

O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 18/06/2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.gov.br/pncp) e nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

Anexo(s):

[Edital PE 08-2026 .pdf](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITORIA

DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPRIMENTOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº PE DGA 90455/2025

RESULTADO FINAL

Pregão Eletrônico DGA 90455/2025, Processo 01-P-5839/2025, ID de contratação PNCP:46068425000133-1-002493/2025.

Objeto: Registro de Preços de Cama Elétrica Hospitalar.

Sessão Pública realizada em 18 de dezembro de 2025, conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do Processo em epígrafe. Abertas as propostas das empresas licitantes, procedeu-se a análise das mesmas de acordo com as exigências do ato convocatório e foram selecionadas as propostas. Ultrapassada a fase de lances e negociação, restou vencedora a empresa:

Item 01 (único) – Empresa LINET DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALAR LTDA

Após exame da documentação de habilitação, a vencedora foi declarada habilitada e adjudicatária do objeto. O recurso interposto foi indeferido. A homologação da licitação pela autoridade competente ocorreu em 17 de junho de 2026.

SECRETARIA GERAL

17 DE JUNHO DE 2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
EDITAL DE RESULTADO FINAL
(PROC. Nº 03-P-32095/2025)

O Presidente da Comissão Julgadora torna público o RESULTADO FINAL do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 1 (um) cargo de Professor Doutor, na área de Materiais e Processos de Fabricação, nas disciplinas IM527 - Modelagem e Simulação em Processamento de Materiais, EM730 - Conformação Mecânica e EM665 - Processos Metalúrgicos de Fabricação, do Departamento de Engenharia de Manufatura e Materiais da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas, conforme item 12.1 do Edital, com a seguinte Comissão Julgadora: Examinador 1: Prof. Dr. Heraldo Silva da Costa Mattos – UFF; Examinador 2: Prof. Dr. João Batista Fogagnolo – FEM/UNICAMP; Examinador 3: Prof. Dr. Ricardo Rizzo Chaves – UNIFEI; Examinador 4: Prof. Dr. Rodrigo Magalhães de Carvalho – UFRJ; Examinador 5: Prof. Dr. Rosley Anholon – FEM/UNICAMP (Presidente da Comissão).

Relação de Aprovados – Ampla Concorrência:

1ª Classificada – Inscrição nº 610 – Ariel Flores Monteiro de Oliveira

Prova/Avaliação	Exam. 1	Exam. 2	Exam. 3	Exam. 4	Exam. 5
Prova Escrita (peso 1)	7,20	7,20	7,10	7,20	7,10
Prova de Títulos (peso 1)	7,50	8,50	7,40	7,50	7,80
Plano de Trabalho (peso 0,5)	9,00	9,50	8,90	9,60	9,50
Prova Didática (peso 1)	9,50	9,50	9,80	9,10	9,50
Prova Específica (peso 0,5)	9,00	9,00	9,00	9,20	9,50
Prova de Arguição (peso 1)	9,50	10,00	9,50	9,90	9,50
Médias finais por examinador	8,5	8,9	8,6	8,6	8,7

2ª Classificado – Inscrição nº 860 – Rafael Magalhaes de Melo Freire

Prova/Avaliação	Exam. 1	Exam. 2	Exam. 3	Exam. 4	Exam. 5
Prova Escrita (peso 1)	7,50	7,60	7,60	7,30	7,50
Prova de Títulos (peso 1)	7,50	9,00	7,50	8,30	7,90
Plano de Trabalho (peso 0,5)	8,00	8,50	8,40	8,30	8,20
Prova Didática (peso 1)	8,00	9,00	9,00	8,70	8,30
Prova Específica (peso 0,5)	8,00	8,50	7,70	8,20	8,00
Prova de Arguição (peso 1)	9,00	9,50	8,70	9,50	8,50
Médias finais por examinador	8,0	8,7	8,2	8,4	8,1

3ª Classificado – Inscrição nº 868 – Rafael Kakitani

Prova/Avaliação	Exam. 1	Exam. 2	Exam. 3	Exam. 4	Exam. 5
Prova Escrita (peso 1)	8,20	7,80	8,00	7,80	8,00
Prova de Títulos (peso 1)	8,00	9,50	7,70	8,70	8,10
Plano de Trabalho (peso 0,5)	7,50	9,00	7,40	7,80	7,20
Prova Didática (peso 1)	7,00	8,50	7,90	7,70	7,50
Prova Específica (peso 0,5)	7,00	8,50	7,50	8,50	8,00
Prova de Arguição (peso 1)	8,50	9,50	8,00	9,50	8,00
Médias finais por examinador	7,8	8,8	7,8	8,4	7,8

EDITAL Nº 19-P-14356/2026, DE 17 DE JUNHO DE 2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDITAL

(PROC. Nº 19-P-14356/2026)

A Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, por meio da Secretária Geral, torna pública a abertura, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir das 12h (horário oficial de Brasília) do dia 29/06/2026, até às 12h (horário oficial de Brasília) do dia 28/07/2026, das inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, na área de História da Educação, nas disciplinas EP110 - História da Educação I, EP210 - História da Educação II, EL485 - Filosofia e História da Educação e EL774 - Estágio Supervisionado I, do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, conforme cronograma previsto - Anexo I.

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

1.1. O concurso destina-se ao provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior da UNICAMP, conforme tabela abaixo.

Cargo/Área/Disciplinas	Número de Vagas Ampla Concorrência	Número de vagas PCD
Professor Doutor – Área História da Educação, Disciplinas EP110 - História da Educação I / EP210 - História da Educação II / EL485 - Filosofia e História da Educação / EL774 - Estágio Supervisionado I	01 (uma)	0 (a atribuição de vaga observará a Deliberação CONSU-A-20/2024)

1.2. São atribuições básicas do cargo de Professor Doutor:

I- atividades pertinentes à docência no ensino superior, no âmbito da graduação e a da pós-graduação;

II- realização de pesquisa e extensão;

III- atividades inerentes à gestão institucional, como o exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e demais atribuições administrativas da própria Universidade;

IV- outras atribuições previstas nas normas da Universidade e correlatas ao cargo.

1.2.1. Poderão ser atribuídas ao docente admitido outras disciplinas além das referidas no preâmbulo deste edital, desde que referentes à área do concurso ou a sua área de atuação.

1.2.2. Poderão ser atribuídas ao docente disciplinas ministradas nos períodos diurno, noturno ou misto, durante os dias da semana, incluindo os sábados.

1.3. É desejável que o candidato atenda ao seguinte perfil, que combina competências acadêmicas e profissionais:

I- Doutorado em Educação ou em áreas afins;

II- Experiência de ensino e pesquisa na Graduação e Pós-Graduação em instituições universitárias no país e/ou no exterior, com ênfase em Fundamentos da Educação, preferencialmente na área de História da Educação, devidamente comprovada;

III- Experiência em orientação de Graduação e Pós-Graduação com ênfase em Fundamentos da Educação, preferencialmente na área de História da Educação, devidamente comprovada;

IV- Experiência docente na Educação Básica ou Ensino Superior;

V- Trabalhos acadêmicos publicados e pertinentes à área do concurso;

VI- Disponibilidade e capacidade para realizar supervisão de estágio de graduação.

1.3.1. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.

1.3.2. O perfil desejável será considerado para a aplicação e o julgamento das provas do concurso.

1.3.3. O programa das disciplinas em concurso consta do Anexo II e o programa do concurso, o qual será objeto das provas deste concurso consta do Anexo III.

2. DO REGIME DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO

2.1. O cargo de Professor Doutor será provido em Regime de Turno Parcial - RTP (12 horas semanais), com opção preferencial para o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP, a critério da Congregação da Unidade.

2.2. O regime preferencial do corpo docente da Universidade Estadual de Campinas é o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.3. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a

critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.4. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/2001, cujo texto integral está disponível no sítio:

http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- RTP (12 horas semanais) - R\$ 2.834,67
- RTC (24 horas semanais) - R\$ 7.195,56
- RDIDP - R\$ 16.353,30

2.5.1. Além da remuneração inicial o Professor Doutor receberá:

a) Auxílio-Alimentação, no valor de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), nos termos da Deliberação CONSU-A-04/2011, cujo texto integral está disponível no sítio:

<https://www.pg.unicamp.br/norma/3041/1>

b) Vale-Refeição, no valor de R\$ 43,00 (quarenta e três reais) por dia trabalhado, para servidores ativos com jornada igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas semanais, nos termos da Deliberação CONSU-A-06/2023, cujo texto integral está disponível no sítio:

<https://www.pg.unicamp.br/norma/31543/1>

c) Auxílio saúde, no valor de até R\$ 900,00 (novecentos reais), nos termos da

Deliberação CONSU-A-23/2024, cujo texto integral está disponível no sítio:

<https://www.pg.unicamp.br/norma/31996/0>

d) outros benefícios específicos, conforme o caso.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do portal de inscrições "inscricoes.unicamp.br" no período indicado no preâmbulo do presente edital, mediante preenchimento do formulário de inscrição e envio (upload) do documento oficial de identificação com foto e dos documentos descritos no item 3.1.2.

3.1.1. Uma vez preenchido o formulário e enviado (upload) o documento oficial de identificação com foto (pdf), o candidato receberá no email informado por ele no formulário de inscrição um aviso de acesso à Área do Candidato, onde deverá concluir sua inscrição, anexando os documentos obrigatórios descritos no item 3.1.2.

3.1.1.1. Aceitam-se como documento oficial de identificação pessoal: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Identidade Nacional (CIN), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou Registro Nacional Migratório (RNM).

3.1.1.2. Os dados inseridos e documentos anexados ao formulário de inscrição poderão ser alterados, aditados e completados até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.1.2. Na Área do Candidato, o candidato deverá acessar a aba "Documentação para Inscrição" e inserir todos os documentos abaixo identificados:

a) memorial circunstanciado, em formato digital (pdf), com o relato das atividades realizadas, dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

- títulos universitários;
- curriculum vitae et studiorum;
- atividades científicas, didáticas, artísticas, técnicas e profissionais;
- prêmios acadêmicos e títulos honoríficos;
- bolsas de estudo em nível de pós-graduação;
- curso frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

b) a compilação de todos os documentos integrais de cada trabalho ou documento mencionado no memorial, que deverão ser apresentados em um único arquivo em formato digital (pdf);

c) plano de trabalho, em formato digital (pdf), conforme Anexo IV;

d) se o caso é para fins de critério de desempate, certidão que comprove a condição de jurado e de ter efetivamente exercido essa função entre a data da publicação da Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008, e a data do término do período de inscrição.

3.1.2.1. Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial links remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

3.1.2.2. Os documentos referentes ao item 3.1.2 poderão ser aditados, instruídos ou completados até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.1.3. Após realizar a inscrição no endereço indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados nos itens 3.1.1 e 3.1.2, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.1.4. O candidato trans, travesti ou não binário que desejar ser atendido pelo nome social, deverá solicitá-lo em campo próprio do formulário de inscrição, mencionado no item 3.1, durante o período de inscrição e enviar, por meio digital (upload), requerimento para uso do nome social, conforme Anexo V, devidamente preenchido e assinado.

3.1.4.1. A solicitação de uso de nome social efetivada na inscrição do concurso regido pelo presente edital só é válida para o mesmo.

3.1.4.2. O candidato que não solicitar o uso do nome social no período de inscrições não terá o pedido atendido.

3.1.4.3. O nome social do candidato será considerado em todas as publicações do concurso.

3.2. O prazo de inscrição indicado no preâmbulo deste edital poderá ser prorrogado, a critério do Diretor da unidade, por até igual período, devendo o edital de prorrogação ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE até o dia previsto inicialmente para o encerramento das inscrições.

3.3. As inscrições poderão ser reabertas após o encerramento do prazo para inscrição, a critério da unidade, justificadamente e mediante publicação de edital para esse fim no Diário Oficial do Estado - DOE.

3.4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade das informações prestadas bem como pela inteireza e legibilidade dos documentos enviados, ficando desde já ciente de que erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo ou em documento necessário à inscrição, acarretará o indeferimento de sua inscrição.

3.6. A coleta e o tratamento dos dados pessoais dos candidatos, no âmbito deste concurso, obedecerão ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei nº 13.709/2018), sendo utilizados exclusivamente para as finalidades inerentes ao certame, quais sejam, inscrição, classificação, divulgação de resultados e demais atos necessários à sua execução.

3.6.1. O candidato, ao efetuar sua inscrição, manifesta sua concordância com o tratamento de seus dados pessoais para os fins previstos neste Edital e declara que aceita a divulgação de seu nome, notas, critérios de desempate e classificação.

3.6.2. O candidato, ao efetuar sua inscrição, autoriza a gravação de som e/ou imagem durante a realização das provas presenciais, o que poderá ocorrer, a critério da Unidade da UNICAMP responsável pelo concurso.

3.7. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.8. As inscrições serão julgadas em seu aspecto formal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao encerramento do prazo para as inscrições, publicando-se, na sequência, tal decisão no Diário Oficial do Estado - DOE.

3.8.1. O conteúdo do Memorial, do arquivo com a compilação dos documentos e do Plano de Trabalho não será analisado para fins de deferimento ou indeferimento das inscrições.

3.9. As inscrições que não atenderem às exigências estabelecidas no edital serão indeferidas e esse indeferimento será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE juntamente com as inscrições deferidas.

3.9.1. O candidato que tiver indeferida sua inscrição terá o prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação indicada no subitem 3.9, para apresentar recurso, mediante formulário disponível na Área do Candidato (aba 'meus recursos'), acessível no endereço "inscricoes.unicamp.br".

3.9.1.1. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

3.10. A Universidade se exime das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas ou para atendimento de qualquer convocação referente ao concurso ou à nomeação para o cargo.

4. DA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

4.1. O candidato que necessitar de condição especial para a realização das provas deste concurso deverá apontar essa necessidade no formulário de inscrição, no endereço "inscricoes.unicamp.br" especificando detalhadamente os recursos/condições especiais de que necessita, seguindo as instruções ali indicadas, bem como enviar (upload) laudo médico que justifique a condição especial solicitada, contendo o nome completo do candidato, a Classificação Internacional de Doença - CID, bem como o nome, assinatura, carimbo e CRM do médico.

4.1.1. O laudo médico encaminhado terá validade somente para este concurso público.

4.2. Não serão avaliados os documentos ilegíveis e/ou com rasuras ou provenientes de arquivo corrompido.

4.3. Não serão considerados documentos contendo solicitação de condição especial enviados de forma extemporânea ou encaminhados pelos Correios, por email ou por quaisquer outras formas não especificadas neste Edital.

4.4. O candidato que não fizer a solicitação de condições especiais durante o período de inscrições ou não a comprovar nos termos do que estabelece este Edital, não terá as condições especiais atendidas.

4.5. A solicitação de condições especiais para realizar a(s) prova(s) será analisada com base no laudo médico enviado pelo candidato e ficará sujeito à análise da razoabilidade e da viabilidade do pedido.

4.5.1. Fica limitado em 60 (sessenta) minutos o tempo adicional para a realização das provas, nas hipóteses de solicitação dessa condição especial, nos termos do item 4 desse edital.

4.6. As decisões relativas às solicitações de condições especiais para a realização da(s) prova(s) serão publicadas no Diário Oficial do Estado - DOE juntamente com as inscrições deferidas e indeferidas prevista no subitem 3.9.

4.6.1. O candidato que tiver sua solicitação de condições especiais para realização das provas indeferida poderá recorrer desta decisão no prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação prevista no subitem anterior.

4.6.1.1. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

4.7. A solicitação de condições especiais para realização do concurso não implica em estar inscrito para vaga reservada para pessoa com deficiência, sendo que o candidato que desejar concorrer às vagas eventualmente reservadas para pessoas com deficiência deve proceder de acordo com item 6 deste edital.

4.8. Nos casos de força maior, em que seja necessário solicitar condições especiais após o término das inscrições, o candidato deverá entrar em contato junto à Secretaria da Faculdade de Educação e enviar a solicitação, anexando o laudo médico que justifique o pedido.

5. DA CANDIDATA LACTANTE

5.1. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização da prova, a candidata lactante deverá, durante o período de inscrição, acessar o formulário de inscrição disponível no endereço "inscricoes.unicamp.br" e informar a solicitação de condição especial para amamentação, seguindo as instruções ali contidas.

5.2. No dia da prova, a candidata lactante deverá levar um acompanhante, maior de idade, devidamente documentado, que ficará em local reservado para tal finalidade e será responsável pela criança.

5.2.1. O acompanhante adulto ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. Este estará submetido a todas as normas constantes neste Edital, inclusive no tocante à apresentação de original de um documento de identificação (RG, CIN, CNH, Passaporte ou RNE), bem como à vedação ao uso de equipamentos eletrônicos e celulares.

5.2.2. A candidata que não levar um acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização da prova.

5.2.3. A UNICAMP não disponibilizará, em hipótese alguma, acompanhante para guarda da criança.

5.3. No momento da amamentação, a candidata será acompanhada por uma fiscal sem a presença do responsável pela criança e sem o material de prova(s).

5.4. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período, observando-se a possibilidade de amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos por filho, nos termos do art.4º da Lei nº 13.872/2019.

5.5. A decisão relativa à solicitação da candidata lactante será publicada no Diário Oficial do Estado - DOE, juntamente com as inscrições deferidas e indeferidas prevista no item 3.9.

5.5.1. A candidata que tiver seu pedido indeferido terá o prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação indicada no subitem anterior, para apresentar recurso, mediante formulário disponível na Área do Candidato (aba 'meus recursos'), acessível no endereço "inscricoes.unicamp.br".

5.5.1.1. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

5.6. Excetuada a situação prevista neste item, não será permitida a permanência de criança ou de adulto de qualquer idade nas dependências do local de realização da prova, podendo ocasionar inclusive a não participação do(a) candidato(a) neste Concurso Público.

6. DA VAGA RESERVADA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

6.1. Candidatos com deficiência poderão se inscrever no presente concurso para futura vaga reservada para pessoas com deficiência, indicando sua participação nesta condição no momento da inscrição, conforme previsto no formulário de inscrição disponível no endereço "inscricoes.unicamp.br".

6.1.1. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal nº 12.764/2012, no § 1º do artigo 5º do Decreto Federal nº 5296/2004 pelo art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, na Lei Estadual nº 16.779/2018 (portador de doença renal crônica), a Lei Estadual nº 16.769/2018 (indivíduo diagnosticado com audição unilateral) e no previsto na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça.

6.1.2. O candidato com deficiência deverá declarar, quando da inscrição, no campo destinado para tal finalidade, o tipo de deficiência que possui, bem como se deseja concorrer na condição de pessoa com deficiência, além da ampla concorrência.

6.1.3. Para concorrer como pessoa com deficiência, o candidato deverá, no período de inscrições:

a) especificar esta condição, no formulário de inscrição, no campo "Deficiência", informando a Classificação Internacional de Doença - CID, observando o disposto no item 6.1.1 deste Edital;

b) informar se deseja concorrer na condição de pessoa com deficiência;

c) enviar laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID da doença que acomete o candidato. O laudo médico deverá conter, ainda, o nome completo do candidato, bem como o nome, a assinatura e o CRM do profissional responsável pela emissão do laudo;

d) o laudo deverá ter sido emitido no máximo 6 (seis) meses antes da inscrição.

e) a validade do laudo médico será de 2 (dois) anos a contar da data de início da inscrição deste concurso quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 1 (um) ano a contar da data de início da inscrição deste concurso nas demais situações que não se enquadrarem em deficiência permanente ou de longa duração;

f) a validade exigida na alínea anterior não se aplica aos laudos que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme Lei nº 17.669/2023.

6.1.4. Para o envio do(s) laudo(s) médico(s), o candidato que desejar concorrer como pessoa com deficiência deverá acessar o endereço "inscricoes.unicamp.br" e, no campo próprio do formulário de inscrição fazer upload do documento.

6.1.5. Não serão avaliados documento(s) ilegível(veis) e/ou com rasura(s) ou proveniente(s) de arquivo corrompido.

6.1.6. Os laudos médicos mencionados no item 6 deste edital terão validade somente para este concurso público.

6.1.7. O candidato, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do cargo são compatíveis com suas deficiências, sem prejuízo do procedimento previsto nos itens 6.9 a 6.15 deste Edital.

6.1.7.1. Ao se inscrever como pessoa com deficiência, o candidato declara que deseja concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência e que está ciente das atribuições do cargo público de Professor Doutor em disputa no presente concurso público e do fato de que, se vier a ocupá-lo estará sujeito à validação pelo desempenho dessas atribuições para fins de habilitação no estágio probatório.

6.1.8. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial para a realização da prova deverá apontar essa necessidade no formulário de inscrição, no campo "Condição Especial", especificando detalhadamente os recursos/condições especiais de que necessita, seguindo as instruções ali indicadas, observado o item 4 e seguintes deste edital.

6.2. O candidato que se inscrever sem observar o subitem 6.1 e seguintes deste edital e cujo laudo seja considerado inválido por não atendimento às formalidades previstas nos subitens 6.1.3 a 6.1.5, terá a inscrição como pessoa com deficiência indeferida.

6.3. O candidato que teve a inscrição como pessoa com deficiência indeferida não concorrerá às vagas reservadas para pessoas com deficiência, sem prejuízo do deferimento de sua inscrição para a ampla concorrência e do atendimento das condições especiais para realização da prova, se houver pedido neste sentido.

6.4. A divulgação dos deferimentos e indeferimentos relativos às solicitações de inscrição como pessoa com deficiência será publicada no Diário Oficial do Estado - DOE, juntamente com as inscrições deferidas e indeferidas prevista no subitem 3.9 deste edital.

6.4.1. O candidato que tiver sua inscrição como pessoa com deficiência indeferida poderá recorrer desta decisão no prazo de 01 (um) dia útil, contado da publicação prevista no subitem anterior mediante preenchimento de formulário disponível na Área do Candidato (aba 'meus recursos'), acessível no endereço "inscricoes.unicamp.br".

6.4.2. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

6.5. Candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme disposto no item 6 deste edital, não poderá interpor recurso em favor de sua condição, seja qual for o motivo alegado.

6.6. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.

6.7. O candidato com deficiência concorrerá concomitantemente à vaga reservada para pessoas com deficiência porventura existente na Unidade e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso.

6.7.1. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência e aprovado dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência neste concurso não será considerado para efeito do preenchimento da vaga reservada para pessoa com deficiência porventura indicada para este concurso.

6.8. A atribuição de vaga reservada para pessoa com deficiência neste concurso observará o disposto na Deliberação CONSU-A-20/2024 e no previsto no presente edital.

6.8.1. Será atribuída a este concurso pública vaga reservada para candidato com deficiência desde que, cumulativamente:

a) haja candidato habilitado e aprovado nesta condição no concurso;
b) este concurso seja o primeiro a ter o seu resultado homologado pela Unidade junto à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, dentre as vagas atribuídas no projeto piloto, de acordo com a Deliberação CONSU-A-20/2024;

c) haja vaga reservada para candidato com deficiência ainda não preenchida na Unidade, dentro das vagas do projeto piloto, conforme Deliberação CONSU-A-20/2024.

6.8.2. Caso na mesma data se homologuem dois ou mais concursos da mesma Unidade que tenham candidatos com deficiência habilitados e aprovados, a atribuição da vaga reservada será definida pela Congregação da Unidade, motivadamente.

6.9. O candidato com deficiência aprovado neste concurso público, quando convocado, deverá submeter-se à perícia médica na Diretoria de Perícias Médicas do Estado - DPME, objetivando verificar se a deficiência declarada se enquadra nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), do art. 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas - aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 e incorporada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, da Lei Federal nº 12.764/2012, e da Lei Federal nº 14.126/2021, nos parâmetros estabelecidos pelo art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, assim como se há compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo a ser ocupado, nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar Estadual nº 683/1992.

6.10. O candidato com deficiência aprovado neste concurso deverá comparecer à perícia médica prevista no item 6.9, seguindo as instruções e comunicados da DPME.

6.10.1. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência aprovado neste concurso na perícia médica ou na junta médica.

6.10.2. O respectivo resultado da perícia médica será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

6.11. Quando a perícia médica concluir pela inaptidão do candidato, não comprovação da condição de pessoa com deficiência ou pela incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo a ser desempenhado, o candidato, após a publicação do resultado no Diário Oficial do Estado - DOE, poderá solicitar a realização de junta médica pelo DPME para nova inspeção, utilizando-se de requerimento disponível no site www.planejamento.sp.gov.br/dpme - Perícia Médica - DPME > Ingresso - Pré-Avaliação - pessoa com deficiência > Formulário de Requisição de Pré-avaliação de PC.

6.12. O resultado da avaliação feita pela junta médica será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

6.12.1. Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica, nos termos do § 5º, do artigo 3º, da Lei Complementar Estadual nº 683/1992.

6.13. Verificada a inaptidão ou incompatibilidade entre a(s) deficiência(s) do candidato e as atribuições do cargo postulado, na perícia médica e na junta médica, caso seja requerida, o candidato será eliminado deste concurso.

6.14. Será eliminado da lista de candidatos aprovados com deficiência deste concurso o candidato, em que a(s) deficiência(s) assinalada(s) no formulário de inscrição não se fizer(em) constatada(s), ou aquele que não comparecer na perícia médica ou na junta médica (se requerida), devendo, no entanto, permanecer na lista de candidatos aprovados na ampla concorrência respeitada sua classificação final.

6.15. Havendo a admissão do candidato com deficiência aprovado nesta condição, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de restrição funcional, licença por motivo de saúde, readaptação ou aposentadoria por invalidez.

7. DA COMISSÃO JULGADORA

7.1. Após a definição da lista definitiva das inscrições deferidas para o concurso, a Congregação da Unidade definirá a composição da sua Comissão Julgadora.

7.2. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e até 05 (cinco) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, e sua composição será aprovada pela Congregação da Unidade, com observância dos princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

7.2.1. Pelo menos 2 (dois) membros titulares da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras Instituições.

7.2.2. Pelo menos 1 (um) membro suplente da Comissão Julgadora deverá ser externo à Unidade ou pertencer a outras instituições.

7.3. Havendo necessidade, um membro titular poderá ser substituído por um membro suplente, o que deverá ser registrado e documentado nos autos do concurso, justificadamente.

7.4. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nessa situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação. Não sendo possível seguir essa regra, a presidência da comissão será definida, formalmente, pelo Diretor da Unidade.

7.5. A Comissão Julgadora será auxiliada por um Secretário formalmente designado para esse fim.

7.6. Todos os membros da Comissão Julgadora, titulares e suplentes, e os responsáveis pela gestão do concurso na Unidade deverão assinar termo de ausência de conflito de interesse e termo de confidencialidade.

7.7. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas presenciais do concurso, proceder às arguições, atribuir notas, elaborar e fundamentar parecer circunstanciado e classificar os candidatos.

7.7.1. A prova escrita poderá ser realizada com a presença de, pelo menos, um membro titular da Comissão Julgadora.

7.7.2. A correção das provas será feita individualmente por cada membro da Comissão Julgadora, que deverão incluir as notas pessoalmente em sistema informatizado, garantindo o sigilo das mesmas até o momento da sua divulgação.

7.8. Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas, será publicado Edital no Diário Oficial do Estado - DOE as seguintes informações:

- I- lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida;
- II- membros titulares e suplentes da Comissão Julgadora;
- III- calendário fixado para as provas, horário e local de sua realização, definido pelo Diretor da unidade.

7.8.1. O calendário de provas poderá sofrer alterações, implicando em nova publicação de Edital no Diário Oficial do Estado - DOE, respeitado o prazo previsto no item 7.8, em caso de alteração das datas das provas da Fase I.

7.8.2. O candidato poderá interpor recurso contra a composição da Comissão Julgadora no prazo de 01 (um) dia útil contado da publicação prevista no item anterior, mediante formulário disponível na Área do Candidato (aba "meus recursos"), acessível no endereço "inscricoes.unicamp.br".

7.8.3. O resultado da análise do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

7.8.4. Caso o recurso seja deferido, a alteração da Comissão Julgadora será submetida à deliberação da Congregação da unidade, nos termos do item 7 do edital.

8. DAS PROVAS

8.1. O concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor constará das seguintes provas, realizadas em duas fases, todas classificatórias:

- I- escrita (peso 3);
- II- análise do Plano de Trabalho (peso 1);
- III- títulos (peso 2);
- IV- didática (peso 3);
- V- arguição (peso 1).

8.2. A Fase I do concurso público será eliminatória e classificatória, com a realização da seguinte prova:
- Prova escrita.

8.3. As provas realizadas na Fase II serão apenas classificatórias e dela participarão apenas os candidatos aprovados na Fase I.

8.4. A Fase II consistirá na aplicação das seguintes provas:

- I- análise do Plano de Trabalho entregue pelo candidato na inscrição;
- II- títulos;
- III- didática;
- IV- arguição.

8.4.1. A prova de títulos será a primeira a ser realizada na Fase II.

9. DO CONTEÚDO DAS PROVAS

9.1. Da prova escrita

9.1.1. A prova escrita consistirá em uma dissertação de ordem geral que relacione o conteúdo do programa do concurso (Anexo III) com a área do mesmo.

9.1.2. No início da prova escrita, o Presidente da Comissão Julgadora fará a leitura do tema da dissertação, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

9.1.3. Findo o prazo estabelecido no item 9.1.2 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 4 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

9.1.4. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 9.1.2 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas pelos membros da Comissão Julgadora presentes e anexadas na folha de resposta.

9.1.5. São critérios para avaliação da prova escrita:

- I- Aderência ao tema (2 pontos);
- II- Atualização e aprofundamento do conteúdo (2,5 pontos);
- III- Organização, coerência, clareza e sequência lógica de ideias (2 pontos);
- IV- Adequação à norma padrão da língua portuguesa (1 ponto);
- V- Domínio do tema, capacidade de análise crítica e problematização do conteúdo (2,5 pontos).

9.1.6. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

9.1.7. As provas serão corrigidas de forma padronizada, com base nos critérios definidos no item 9.1.5, assegurando-se o anonimato dos candidatos.

9.1.7.1. É proibido qualquer tipo de identificação no caderno de respostas, como nome, assinatura, número de documento, recados, símbolos ou qualquer outra marca que possa identificar o candidato fora dos campos especificamente indicados para esse fim.

9.1.7.2. O candidato que descumprir o subitem 9.1.7.1 será eliminado do concurso.

9.2. Da prova de análise do plano de trabalho

9.2.1. Na análise do Plano de Trabalho, a Comissão Julgadora avaliará o plano de trabalho apresentado pelo candidato no momento da inscrição, de acordo com os critérios de julgamento previamente definidos pela Congregação e abaixo discriminados:

9.2.2. São critérios para avaliação de análise do Plano de Trabalho:

- I- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão (2,5 pontos)
- II- Aderência à área e disciplinas do concurso (2,5 pontos)
- III- Coerência com os Projetos Pedagógicos da Graduação e Pós-graduação (2,5 pontos)
- IV- Viabilidade e exequibilidade dentro do tempo proposto (2,5 pontos)

9.2.3. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de análise de Plano de Trabalho.

9.3. Da prova de títulos

9.3.1. Na prova de títulos, a Comissão Julgadora apreciará o Memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

9.3.2. Os títulos a serem considerados e os critérios de julgamento seguem descritos abaixo:

Títulos Acadêmicos - pontuação máxima: 2 pontos			
Discriminação	Pontos por unidade		
	Na área	Em áreas afins	Em áreas diferentes
Doutorado	1,5	1,0	0,5

Mestrado	1,0	0,8	0,4
Especialização na área	0,5	0,1	-
Graduação na área	0,5	0,3	0,1

Produção científica, técnica, cultural e/ou artística - pontuação máxima: 3 pontos

Será aplicada a regra da proporcionalidade nos casos em que ao menos um dos candidatos alcance pontuação superior ao limite estabelecido por cada item: $Nc = [Pc/Pmc \times (PONTUAÇÃO MÁXIMA DO ITEM)]$ Onde: Nc = Nota do candidato, Pc = Pontuação do candidato e Pmc = Pontuação do maior candidato.

GRUPO I		
Discriminação	Pontuação por unidade	
	Na área	Áreas afins
Capítulo de livro (autoria)	0,3	0,2
Livro publicado com conselho editorial (autoria)	1,0	0,8
Livro publicado com conselho editorial (organização ou coordenação)	0,7	
Livro publicado com conselho editorial (tradução)	0,6	
Editor de periódicos e boletins institucionais	0,2	
Ensaio, artigo ou resenha publicada em periódico não indexado	0,2	
Obra premiada na área	0,5	

GRUPO II				
Discriminação	Pontuação por unidade	Internacional	Nacional	Regional
Ensaio, artigo ou resenha publicada em periódico indexado (últimos 5 anos), considerar a última qualificação	TOPO (antigo Qualis A1/A2)	1,0	0,7	-
	MEIO (antigo Qualis A3/A4)	0,7	0,5	-
	MEIO (antigo Qualis B1/B2)	0,5	0,3	-
	BASE (antigo Qualis B3/B4)	0,3	0,1	-
	Inferior (antigo Qualis B5 e Qualis C)	0,1	0,05	-
Conferência ou palestra em congresso, simpósio ou seminário, publicada nos anais do evento	Publicada	0,3	0,2	0,1
	Não publicada	0,15	0,1	0,05
Revisor científico	Em periódico	0,4	0,3	-
	Em congresso	0,3	0,2	-
Comunicação em congresso, simpósio ou seminário nos anais do evento (últimos dez anos)	Publicada	0,04		
	Não publicada	0,02		
Bolsa de investigação científica concedida por órgão governamental ou não governamental	0,2			
Bolsa de produtividade em pesquisa	1,0			
Bolsa de extensão e investigação tecnológica	0,5			
Criação de software ou similar (com registro)	0,8			
Produção em material audiovisual (com registro)	0,7			
Criação em Multimeios (com registro)	0,5			
Patentes relativas a produção, materiais ou processos	1,0			
Exposição ou direção (artística) na área específica	1,0			
Exposição ou direção (artística) em outra área	0,7			
Curador de uma exposição artística	0,7			
Membro de Conselho Editorial e Consultivo (por ano)	0,2			

Atividades didáticas/acadêmicas - pontuação máxima: 3 pontos		
Discriminação	Pontuação por unidade	
	Na área	Em áreas afins
Docência no Ensino Superior (por semestre)	0,6	0,4
Docência na Educação Básica (por ano)	0,3	0,2
Docência em Curso de Extensão (Mínimo de 12 Horas por Curso)	0,2	
Orientação	Tese de doutorado (por orientação)	0,5
	Dissertação de mestrado (por orientação)	0,4
	Monografia "lato sensu" (no máximo de 10 orientações)	0,1
	Monografia final do curso de graduação (no máximo de 10 orientações)	0,05
	Iniciação científica ou monitoria institucional	0,1
Orientação de estágio supervisionado (no máximo de 10 orientações)	0,05	
Colaboração	Em ação de extensão, igual ou superior a seis meses (por ação)	0,3



	Em ação de pesquisa, igual ou superior a seis meses (por ação)	0,6	
Coordenação	Extensão	inferior a seis meses (por ação)	0,2
		igual ou superior a seis meses (por ação)	0,4
	Pesquisa	inferior a seis meses (por ação)	0,4
		igual ou superior a seis meses (por ação)	0,8
Participação	Extensão	inferior a seis meses (por ação)	0,1
		igual ou superior a seis meses (por ação)	0,15
	Pesquisa	inferior a seis meses (por ação)	0,2
		igual ou superior a seis meses (por ação)	0,25
	Banca Examinadora (por banca)	Concurso	0,3
		Seleção	0,1
		Defesa de tese	0,2
		Defesa de dissertação	0,15
		Defesa de trabalho de conclusão de curso (no máximo 10)	0,02
		Exame de qualificação	0,15
Cargos de Administração Acadêmica	Reitor ou Vice-Reitor (por ano)	0,5	
	Pró-Reitor ou equivalente (por ano)	0,4	
	Diretor/Diretor Associado ou Chefe de departamento, Diretor/Diretor Associado de Centros e Núcleos, Instituto ou Faculdade (por ano)	0,3	
	Coordenador ou Vice Coordenador ou equivalente de colegiado de curso ou cargo de Gestão Acadêmica (por ano)	0,2	
	Coordenador	0,05	
	Tutoria em EAD (por disciplina/curso)	0,01	
Atividades profissionais - pontuação máxima: 2 pontos			
Discriminação		Pontuação por unidade	
Estágio não obrigatório	Em área específica	Até 120 horas	0,1
		Mais de 120 horas	0,3
	Em área Correlata	Até 120 horas	0,05
		Mais de 120 horas	0,2
Aprovação em concurso público	Na área educacional em nível superior	0,4	
	Na área profissional	0,3	
	Na área educacional em outros níveis	0,2	
Aprovação em seleção pública	Na área educacional em nível superior	0,2	
	Na área profissional	0,15	
	Na área educacional em outros níveis	0,1	
Participação em cursos, congressos, seminários e encontros (nos últimos 10 anos)	Cursos	Com menos de 40 horas	0,01
		Com 40 a 120 horas	0,05
		Com mais de 120 horas	0,1
	Cursos de formação pedagógica	De 20 a 40 horas	0,02
		A partir de 40 horas	0,05
	Congressos, seminários, simpósios e encontros	Internacionais ou nacionais	0,02
Regionais		0,01	
Gestão Escolar	Direção, coordenação, orientação e supervisão escolar	0,4	
Outras atividades	Consultoria ou assessoria (por unidade)	0,2	
	Exercício profissional na área (por ano)	0,4	
	Exercício na área correlata (por ano)	0,3	
	Membro da direção de conselhos profissionais ou sindicais ou órgãos da sociedade civil	0,3	
	Participação em projetos técnicos concluídos	0,2	
Monitoria Institucional (por atividade)		0,1	
RESUMO		PONTUAÇÃO MÁXIMA	
3.1. Títulos Acadêmicos		2	
3.2. Produção científica, técnica, cultural e ou artística		3	
3.3. Atividades didáticas/acadêmicas		3	
3.4. Atividades profissionais		2	

TOTAL GERAL	10
9.3.3. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de Títulos.	
9.4. Da prova didática	
9.4.1. A prova didática versará sobre um dos temas listados no Anexo VI deste edital, mediante sorteio, com, no mínimo, 24 horas de antecedência à realização da prova.	
9.4.1.1. O sorteio ocorrerá em sessão pública, onde os candidatos poderão estar presentes. Os temas sorteados por candidato constarão do endereço "inscricoes.unicamp.br".	
9.4.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do tema sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.	
9.4.3. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.	
9.4.4. São critérios para avaliação da prova didática:	
I- Adequação ao tema sorteado e coerência com o conteúdo programático (2,5 pontos);	
II- Planejamento, organização e desenvolvimento da aula (tempo, estrutura e recursos didáticos) (2 pontos);	
III- Plano de aula que reflita ao inciso II e deverá ser entregue em formato impresso para cada membro da comissão avaliadora no início da prova didática (0,5 pontos);	
IV- Clareza na comunicação e uso adequado da norma da língua portuguesa (2,5 pontos);	
V- Domínio teórico do tema, capacidade de síntese e análise crítica (2,5 pontos).	
9.4.5. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).	
9.5. Da prova de arguição	
9.5.1. Na prova de arguição, o candidato poderá ser interpelado pela Comissão Julgadora sobre:	
I- a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso;	
II- o memorial apresentado e documentado na inscrição;	
III- a prova didática;	
IV- o plano de trabalho;	
9.5.2. Cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato, que terá igual tempo para responder às questões formuladas.	
9.5.3. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.	
9.5.4. São critérios para avaliação da prova de arguição:	
I- Articulação do memorial e trajetória profissional com as propostas do plano de trabalho (2,5 pontos);	
II- Impacto da produção acadêmica e relevância social (2,5 pontos);	
III- Conhecimento e domínio dos temas abordados (2,5 pontos);	
IV- Relevância acadêmica da trajetória do candidato (2,5 pontos).	
9.5.5. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).	
10. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS	
10.1. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.	
10.2. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início, sendo de sua exclusiva responsabilidade a identificação correta de seu local de prova.	
10.2.1. O candidato deverá estar munido de seu documento de identificação original e demais materiais necessários para a realização da prova, conforme o caso.	
10.3. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.	
10.3.1. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital, salvo prévio comunicado da Comissão Julgadora.	
10.4. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.	
10.5. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.	
10.6. Participação das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.	
10.7. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos participantes da Fase II do concurso assistir às provas dos demais candidatos.	
11. DO JULGAMENTO DAS PROVAS E DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS	
11.1. Compete à Comissão Julgadora avaliar as provas de acordo com os critérios definidos no edital, registrar todas as ocorrências do concurso nas atas de cada prova, preencher adequadamente os formulários com as notas atribuídas a cada candidato em cada uma das provas, na Área do Examinador do sistema de concurso.	
11.1.1. As provas didática e de arguição são orais e deverão ser realizadas na presença de todos os membros da Comissão Julgadora.	
11.2. Ao final da Fase I (eliminatória), cada examinador atribuirá a cada prova do candidato uma nota em números decimais de 0 (zero) a 10 (dez), observado o item 8.2 deste edital.	
11.2.1. Serão considerados habilitados na Fase I os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 07 (sete) de pelo menos 03 (três) dos 05 (cinco) membros da Comissão Julgadora na prova ou em cada uma das provas desta Fase, conforme o caso.	
11.2.2. Para fins de classificação na Fase I, será observada a seguinte regra:	
I- caso a Fase I contenha apenas uma prova, a classificação dos candidatos se dará de acordo com a média das notas atribuídas pelos examinadores na referida prova;	
II- caso a Fase I contenha mais de uma prova, a classificação dos candidatos se dará de acordo com a média ponderada das notas atribuídas pelos examinadores nas referidas provas, sendo a nota final a média das notas finais conferidas por cada examinador.	

11.2.3. Serão convocados para a Fase II os 8 (oito) primeiros classificados dentre os candidatos habilitados na Fase I, conforme subitem 11.2.2, respeitando-se os empates ocorridos na última colocação dentre os convocados.
11.2.3.1. Além dos convocados previstos no item 11.2.3, serão também convocados até (02) dois candidatos inscritos como PCD habilitados nos termos do item 11.2.1, respeitados os empates ocorridos na última colocação, mas cujas notas não tenham permitido sua inclusão na lista dos 8 primeiros classificados, sem prejuízo daqueles candidatos PCDs que integrem a referida lista.
11.2.3.2. A classificação para selecionar os candidatos para a Fase II não será considerada na sequência do concurso e para classificação final.
11.2.4. Serão eliminados do concurso os candidatos não habilitados na Fase I e aqueles que, embora habilitados, tenham obtido nota inferior aos 8 (oito) primeiros classificados.
11.2.5. O resultado final da Fase I será divulgado no endereço "inscricoes.unicamp.br".
11.2.5.1. Caberá recurso do resultado da Fase I, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da divulgação prevista no item anterior, o qual será decidido pela Comissão Julgadora, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, providenciando a divulgação do resultado da análise do recurso no endereço "inscricoes.unicamp.br".
11.3. Na Fase II do concurso, após a realização de cada prova, os membros da Comissão Julgadora atribuirão notas individualmente a cada um dos candidatos, em números decimais de 0 (zero) a 10 (dez).
11.4. As notas atribuídas à Prova de Títulos serão divulgadas no endereço "inscricoes.unicamp.br", logo após sua realização e correção. As notas das demais provas da Fase II serão divulgadas ao final de todas as provas.
11.5. Cada examinador calculará a nota final de cada candidato no concurso pela média ponderada das notas por ele atribuídas em cada prova, tanto da Fase I, como da Fase II.
11.5.1. As notas serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.
11.6. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota final mínima igual ou superior a 07 (sete) de no mínimo 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores.
11.7. Os candidatos habilitados nos termos do item anterior serão classificados por cada um dos examinadores de acordo com a ordem decrescente das notas finais por ele atribuídas, o que será consolidado em um quadro final de notas. No caso de empate, o próprio examinador fará o desempate dos candidatos, segundo os seguintes critérios:
I- idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
II- a maior nota obtida na prova didática;
III- a maior nota obtida na prova de títulos;
IV- maior nota na prova Plano de Trabalho;
V- maior nota na prova de Arguição;
VI- candidato que tiver exercido a função de jurado nos termos da Lei Federal nº 11.689/2008.
11.7.1. Candidatos não habilitados não constarão do quadro final de notas.
11.7.2. Além do quadro de notas previsto no item 11.7, será elaborado um quadro com a classificação dos candidatos inscritos como PCD e habilitados nos termos do item 11.6, aplicando-se para esses candidatos o quanto previsto no item 6 deste edital.
11.8. Considerando o quadro final de notas, o primeiro colocado será o candidato que obtiver a primeira posição do maior número de membros da Comissão Julgadora.
11.8.1. O empate na classificação do primeiro colocado será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente:
I- idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
II- a maior média obtida na prova didática;
III- a maior média obtida na prova de títulos;
IV- candidato que tiver exercido a função de jurado nos termos da Lei Federal nº 11.689/2008.
11.8.2. Para os fins previstos nos incisos II e III do item 11.8.1, as médias obtidas na prova didática e na prova de títulos corresponderão à média aritmética simples das notas atribuídas pelos membros da Comissão Julgadora ao candidato, que serão computadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.
11.9. Para fins de classificação final do segundo colocado, o quadro final será refeito, com a retirada do nome do candidato classificado em primeiro lugar nos termos do item 11.8 de todas as posições que eventualmente ocupe no quadro final de notas. Novo quadro final será elaborado, observada sempre a ordem decrescente das notas finais prevista no item 11.7. O segundo colocado será o candidato que ocupar a primeira posição neste novo quadro do maior número de membros da Comissão Julgadora.
11.10. Procedimento idêntico ao previsto no item anterior será efetivado sucessivamente até a classificação do último candidato habilitado.
11.11. Ao final das provas será realizada sessão pública em que serão divulgadas as notas atribuídas a cada candidato por cada um dos examinadores nas diferentes provas, bem como a relação provisória dos candidatos habilitados e a classificação final, informações que serão publicadas no endereço "inscricoes.unicamp.br".
11.11.1. Caberá recurso do resultado publicado nos termos do item 11.11, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da sua publicação no endereço "inscricoes.unicamp.br", mediante formulário eletrônico encontrado na Área do Candidato, acessível no mesmo endereço.
11.11.2. O recurso deverá ser dirigido à Comissão Julgadora, que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decisão, a qual será publicada no endereço "inscricoes.unicamp.br".
11.12. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, após a divulgação das notas e a apuração dos resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso, justificando a classificação final. Esse parecer deverá conter tabelas e/ou textos com as notas, as médias e a classificação dos candidatos.
11.12.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora os relatórios individuais de seus membros.
11.12.2. O parecer circunstanciado será publicado no endereço "inscricoes.unicamp.br".

12. DO RESULTADO FINAL

12.1. Decidido o eventual recurso previsto no item 11.1.1, o resultado final do concurso, com as notas e classificação dos candidatos, será publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

12.2. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Congregação da Unidade e encaminhado à CEPE para homologação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Será admitido recurso quanto:

- ao indeferimento da inscrição, conforme subitem 3.9.1;
- ao indeferimento da solicitação de condições especiais, conforme subitem 4.6.1;
- ao indeferimento da solicitação da candidata lactante, conforme subitem 5.5.1;
- ao indeferimento da inscrição de candidato como pessoa com deficiência, conforme subitem 6.4.1;
- à composição da Comissão Julgadora, conforme subitem 7.8.2;
- ao resultado da Fase I, conforme subitem 11.2.5.1;
- ao resultado preliminar do concurso e relação provisória dos candidatos habilitados e a classificação final, conforme subitem 11.1.1;

13.2. Os recursos devem ser interpostos por meio de formulário disponível na Área do Candidato, acessível pelo endereço "inscricoes.unicamp.br".

13.2.1. Não serão aceitos recursos apresentados por qualquer outro meio tais como correio, correio eletrônico.

13.3. O prazo para interposição do recurso será contado a partir do 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.

13.3.1. Recursos extemporâneos e recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado não serão recebidos.

13.4. Serão indeferidos os recursos:

- cujo teor desrespeite a Comissão Julgadora;
- que estejam em desacordo com as especificações contidas neste edital;
- cujas fundamentações não correspondam ao evento recorrido;
- sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- encaminhados por meio da imprensa e/ou de "redes sociais online".

13.5. Não caberá recurso adicional contra decisão que decide recurso.

14. DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO

14.1. Além da aprovação no presente concurso público, são requisitos para admissão no cargo de Professor Doutor:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão Português a quem foi deferida a igualdade, nas condições previstas pelo Decreto Federal nº 70.436/72, ou estrangeiro a quem foi autorizada a residência para fins de trabalho nos termos das Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) nºs 01/2017 e 02/2017;
- Ter completado 18 anos de idade na data da admissão;
- Não ter sofrido penalidade de demissão ou demissão a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) ou 10 (dez) anos, respectivamente;
- possuir Título de Doutor;
- estar em dia com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino;
- estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- estar quite com as obrigações eleitorais;
- ter bons antecedentes criminais;
- gozar de boa saúde física e mental, estando apto para o exercício do cargo, sem qualquer restrição, observadas as disposições dos subitens 6.9 a 6.15 deste edital.

14.2. O candidato não deverá ocupar cargos, empregos ou funções públicas ou receber proventos de aposentadoria, ressalvados os cargos acumuláveis previstos no art. 37, inciso XVI da Constituição Federal e Decreto Estadual nº 41.915/97.

15. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

15.1. A convocação para admissão obedecerá à rigorosa ordem de classificação e o número de cargos disponibilizados para este concurso público, observados os subitens 6.8 a 6.8.2 deste edital.

15.1.1. O candidato será convocado através de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE, após aprovação de sua nomeação pela Câmara de Administração.

15.2. O(A) candidato(a) convocado(a) para provimento do cargo deverá, no prazo indicado no edital de convocação, comprovar que possui os requisitos exigidos para participação neste Concurso Público, mediante a entrega de:

- Cópia simples da Carteira de Identidade (RG) ou da Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou do Registro de Identidade Civil (RIC) ou do Registro Nacional Migratório (RNM);
- Cópia simples do Passaporte, se estrangeiro;
- Cópia simples do Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª categoria ou do Certificado de Dispensa de Incorporação ou de Isenção do Serviço Militar (se do sexo masculino);
- Certidão de Quitação Eleitoral;
- Cópia simples do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Cópia simples do Cartão do PIS/PASEP (se possuir);
- Cópia simples do título de Doutor, válido em território nacional.

Caso o título de Doutor tenha sido obtido no exterior, o reconhecimento do referido título, para fins de validade nacional, deverá ocorrer durante o período do estágio probatório, sob pena de demissão;

h) Declaração assinada atestando não ter sido demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual ou municipal em consequência de processo administrativo ou a bem do serviço público, bem como não ter sido demitido por justa causa de emprego público de autarquia, fundação, empresa pública, ou sociedade de economia mista, instituídas por órgãos da administração federal, estadual ou municipal, em especial da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;

i) Atestado de antecedentes criminais negativo, cuja comprovação deverá se dar pela apresentação dos documentos abaixo, emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, ou dentro do prazo de validade consignado no documento:

- Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo Departamento de Polícia Federal;
- Atestado de Antecedentes Criminais emitido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, se residente no Estado de São Paulo;
- Atestado de Antecedentes Criminais emitido pelos estados onde o(a) candidato(a) houver residido ou exercido cargo ou função pública nos últimos 5 (cinco) anos.

j) "Declaração de Não Cumulatividade" ou "Declaração de Cumulatividade para os fins previstos na legislação pertinente", ambas

assinadas, especificamente para atendimento ao artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal para comprovação de que a acumulação está de acordo com a legislação vigente para o caso de candidato aprovado neste Concurso Público que exerça outro cargo ou função pública ou esteja aposentado pelo regime próprio de previdência social dos servidores públicos;

k) Cópia da Certidão de Casamento, caso seja casado;

l) Cópia da última declaração de Imposto de Renda entregue à Secretaria da Receita Federal ou Declaração de Bens, de acordo com a Lei nº 8.429/92;

m) Certificado de Sanidade e Capacidade Física (CSCF) emitido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME, conforme subitem 15.3.

n) Outros documentos que porventura se façam necessários, a critério da UNICAMP.

15.2.1. Após homologação do resultado final do concurso pela CEPE, o(s) candidato(s) classificado(s) para o(s) cargo(s) de abertura serão orientado(s) pela Unidade à apresentação obrigatória de currículo vitae atualizado, projeto de pesquisa e plano de atividades didáticas e de extensão para ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa.

15.3. Para comprovação do subitem 15.2 "m" deste edital, o candidato deverá realizar perícia médica oficial para fins de ingresso, a ser agendada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da realização de seu cadastro de notificação feito pela UNICAMP, observado o procedimento descrito no subitem 6.9 para candidatos com deficiência.

15.3.1. Por ocasião da avaliação médica para fins de ingresso, o candidato deverá apresentar os laudos dos exames obrigatórios, especificados a seguir, conforme disposto na Resolução SPG nº 18, de 27/04/2015, alterada pela Resolução SOG nº 14, de 21/06/2022, cabendo ao candidato providenciá-los em tempo hábil e às próprias custas.

- Hemograma completo - validade: 06 meses;
- Glicemia de jejum - validade: 06 meses;
- PSA prostático (para homens acima de 40 anos de idade) - validade: 12 meses;
- TGO-TGP-Gama GT - validade: 06 meses;
- Ureia e creatinina - validade: 06 meses;
- Eletrocardiograma (ECG) com laudo (candidatos acima de 40 anos) - validade: 06 meses;
- Raios X de tórax com laudo - validade: 06 meses;
- Avaliação oftalmológica (com teste de acuidade visual) - Validade: 90 dias
- Audiometria tonal e vocal - Validade: 90 dias

15.3.2. A critério do médico perito, poderá ser solicitado um parecer de especialista, bem como a apresentação de exames ou relatórios médicos complementares, cabendo ao candidato providenciá-los em tempo hábil e às próprias custas.

15.3.3. O candidato que deixar de comparecer à convocação para a realização de perícia médica complementar será considerado "não apto".

15.3.4. O candidato impossibilitado de realizar qualquer dos exames previstos no subitem 15.3.1 deverá apresentar relatório médico.

15.3.5. Os prazos legais e normas gerais referentes aos exames e avaliações médicas para fins de ingresso, constam da Resolução SPG nº 18, de 27/04/2015, alterada pela Resolução SOG nº 14, de 21/06/2022.

15.4. A inexistência ou irregularidade da comprovação do disposto no subitem 15.2 deste edital eliminará o candidato do Concurso Público.

15.5. O candidato somente será nomeado no cargo e entrará em exercício após:

- análise positiva dos documentos solicitados por ocasião da convocação para admissão; e
- publicação oficial do resultado da avaliação médica para fins de admissão a que foi submetido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME e que comprove sua boa saúde física e mental, bem como aptidão para o exercício do cargo, sem qualquer restrição.

15.6. O candidato será considerado desistente e excluído tacitamente deste Concurso Público quando não comparecer às convocações na data estabelecida ou manifestar sua desistência por escrito.

15.7. A admissão para o cargo se dará nos termos do Estatuto dos Servidores da Universidade (ESUNICAMP).

15.8. O candidato terá 30 (trinta) dias a partir da publicação de sua admissão no Diário Oficial do Estado - DOE para entrar em exercício. O não atendimento do prazo será considerado como desistência do cargo por parte do candidato.

15.9. O candidato admitido deverá cumprir estágio probatório referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, nos termos da legislação aplicável à UNICAMP. Passado o período do estágio probatório e tendo sido considerado apto, o admitido passará a gozar da estabilidade prevista no Artigo 41, § 4º da Constituição Federal.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado - DOE e/ou estarão disponíveis no endereço "inscricoes.unicamp.br", sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

16.2. Os prazos previstos neste edital e nos editais posteriores do concurso serão contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da publicação no Diário Oficial do Estado - DOE ou da divulgação no endereço "inscricoes.unicamp.br", conforme o caso.

16.3. Qualquer alteração nas regras do concurso somente poderá ser feita por meio de Edital de Retificação.

16.3.1. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos(as) candidatos(as) para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital a ser publicado.

16.4. Será eliminado do concurso público o candidato que deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora e/ou não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos e análise de planos de trabalho.

16.5. O candidato deverá manter atualizados seus endereços físico e eletrônico, bem como seus telefones de contato, enquanto estiver participando deste Concurso e no período subsequente, se aprovado, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização de seus dados para contato.

16.6. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos,

valendo, para tal fim, as publicações dos resultados, bem como a homologação do resultado do Concurso.

16.7. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado - DOE da homologação dos resultados pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

16.7.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

16.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-04/2025, e Deliberação CEPE-A-013/2025, de 01/07/2025, que estabelece os requisitos e procedimentos internos da Faculdade de Educação para a realização dos concursos.

16.8.1. Cópia das normas mencionadas no presente edital poderá ser obtida no sítio www.pg.unicamp.br ou junto à Secretaria da Faculdade de Educação que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

ANEXOS

I- Cronograma

II- Programa das disciplinas em concurso

III- Programa do concurso - objeto das provas

IV- Orientação para elaboração do Plano de Trabalho

V- Formulário de requerimento de uso de nome social

VI- Lista de temas da Prova Didática

ANEXO I – CRONOGRAMA

IT E M	ATIVIDADE	DATA PREVISTA*
1	Período de inscrições - incluindo: requerimento do uso de nome social; inscrição de candidato deficiente; pedido de condição especial para realização da prova e requerimento de candidata lactante	A partir das 12h (horário oficial de Brasília) do dia 29/06/2026, até às 12h (horário oficial de Brasília) do dia 28/07/2026
2	Publicação de edital com a relação das inscrições deferidas e indeferidas e das decisões dos requerimentos	Após o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao encerramento do prazo de inscrição.
3	Prazo para recurso contra indeferimento de inscrição ou requerimentos indeferidos	01 (um) dia útil contado da publicação do resultado da análise das inscrições.
4	Edital de divulgação da análise do recurso	Após a análise dos recursos recebidos, se houver.
5	Publicação de Edital com lista de candidatos com inscrição definitiva deferida, composição da Comissão Julgadora e calendário de provas	Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.
6	Prazo para recurso contra composição da Comissão Julgadora	01 (um) dia útil contado da publicação de Edital com lista de candidatos com inscrição definitiva deferida, composição da Comissão Julgadora e calendário de provas.
7	Edital de divulgação da análise do recurso	Após a análise dos recursos recebidos, se houver.
8	Aplicação da(s) prova(s) da Fase I	Entre o 2º semestre/2026 e 1º semestre/2027
9	Prazo para recurso contra o resultado da Fase I	01 (um) dia útil contado da divulgação do resultado da Fase I.
10	Edital de divulgação da análise do recurso	Após o prazo de até 2 (dois) dias úteis para análise dos recursos pela Comissão Julgadora.
11	Aplicação das provas da Fase II	Entre o 2º semestre/2026 e 1º semestre/2027
12	Sessão pública para divulgação das notas, habilitação e classificação dos candidatos	Após a realização das provas da Fase II.
13	Prazo para recurso contra o resultado provisório do concurso	2 (dois) dias úteis contados da sessão pública para divulgação das notas, candidatos habilitados e classificação final.
14	Edital de divulgação da análise do recurso	Após o prazo de até 2 (dois) dias úteis para análise dos recursos pela Comissão Julgadora.
15	Divulgação do parecer circunstanciado da Comissão Julgadora com o resultado final do concurso no endereço " inscricoes.unicamp.br "	Após análise dos recursos, se houver.
16	Publicação do resultado final no Diário Oficial do Estado com notas e classificação dos candidatos	Entre o 1º semestre/2027 e o 2º semestre/2027.
17	Homologação do concurso	Entre o 1º semestre/2027 e o 2º semestre/2027.

*O cronograma poderá sofrer alterações

ANEXO II – PROGRAMA DAS DISCIPLINAS EM CONCURSO

EP110 – História da Educação I

Ementa

Introdução à História da Educação. Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação. Fundamentos da História e História da Educação e da pedagogia: na antiguidade, na medievalidade, na modernidade e na contemporaneidade geral e no Brasil.

Bibliografia

ALVES, Gilberto L. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. cap. 1 (p. 51-68).

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 5. reimp. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 07-37. CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: _____. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 01-23.

CASTANHO, Sérgio E. M. Questões teórico-metodológicas de história cultural e educação. In: LOMBARDI, J.; CASIMIRO, A.; MAGALHÃES, L. (Org.). *História, cultura e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 137-168. 5 _____. *Teoria da história e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova história"*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOMBARDI, José C. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J.; NASCIMENTO, M. (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004, 141-176.

LOPES, Eliane M. Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

MANACORDA, Mario A. *História da educação: da antiguidade aos dias atuais*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MARROU, Henri-Iréné. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990. MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007. _____. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José P. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 50-64.

NORONHA, Olinda M. Inovação metodológica no ensino superior: reflexões a partir do ensino da história da educação. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Org.). *O que há de 6 novo na educação superior: do projeto político-pedagógico à prática transformadora*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 239-255.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1988.

RUGIU, Antonio S. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. Campinas, HISTEDBR On-line, n. 22 – Especial, ago. 2006. p. 28-35.

_____. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 07-15. _____. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. p. 11-22.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. TAMBARA, Elomar. Problemas teórico-metodológicos da história da educação. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 79-87.

EP210 – História da Educação II

Ementa

História Moderna e História da Educação no Brasil no período colonial e no Império.

Bibliografia

ANTUNHA, Heládio C. G. *Instrução Pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920*. São Paulo: Edusp, 1976, p. 43-93.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo, Saraiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1978. AZEVEDO, Fernando de. O sentido da Educação Colonial. In: A transmissão da cultura. 5a. ed. Brasília, Melhoramentos, 1976.

BARBOSA, RUI. Primeiras lições de coisas. Manual de ensino elementar por N. Calkins. "Ampliado as condições do nosso idioma e paizes que o falar". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil. (1808-1827). In: BASTOS, Maria H. Camara e FARIA FILHO, Luciano M. (org). A escola elementar no século XIX. Passo Fundo, Ediuup, 1999. pp 95-117.

BINZER, Ina Von. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, J. M. A construção da ordem. Parte I: A elite política Imperial. RJ: Ed. UFRJ/Relume Dumarã, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo. Saraiva. Editora da Universidade de São Paulo.1978

CUNHA, L. A. A Universidade Tempora: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.

DUSSEL, I. CARUSO, M. A invenção da sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003. FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. P.135-150.

FERNANDES, R. Notas sobre o ensino dos índios entre 1760 e 1770. Revista de Educação, vol. V., n. 2, 1996. Depto. de Educação da F. C. da Un. Lisboa.

_____, MENEZES, M. C. A cada um o seu lugar: ou as normas do ensino mútuo. FELGUEIRAS, M. L.; e MENEZES, M.C.(org), In: **Rogério Fernandes – Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação.** Porto:Edições Afrontamento.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

_____, Sobre a escola elementar no período pré-pombalino. In: FELGUEIRAS, M. L.; e MENEZES, M.C.(org), **Rogério Fernandes – Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação.** Porto:Edições Afrontamento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HAIDAR, M. L. M., "Os preparatórios e os exames parcelados. Reflexões do Sistema nos Colégios das Artes, nos Liceus Provinciais e nos Seminários Episcopais." In: "O Ensino Secundário no Império Brasileiro." São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editorial Grijalbo, 1972, p.47-94.

HILSDORF, Maria Lúcia. O ensino mútuo na província de São Paulo. In: BASTOS, Maria H. Câmara e FARIA FILHOS, Luciano M. (org). A escola elementar no século XIX. Passo Fundo: Ediuup,1999, p. 197-215.

_____. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

_____. O Colégio dos Jesuítas de São Paulo (Que não era Colégio nem se chamava São Paulo). **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 39: 169-180, 1995.

_____.Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1810-1860). Vidal, D. G. e Hilsdorf, M. L. Tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001. LEITE, S. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760). Braga, Liv. A.I., s/d.

LOURENÇO FILHO, M. B. "A margem dos pareceres sobre o ensino." In: "**A pedagogia de Rui Barbosa**" Organização: Ruy Lourenço Filho – 4. Ed. Ver. Ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001, p. 57- 72. MANCHESTER, A. K. "*A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro*". In: Keith, H. H. e Edwards, S. F. (orgs) *Conflitos e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1970.

MATTOS, I. R. O tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENEZES, Maria Cristina. O ensino jesuítico no Brasil: o Ratio Studiorum. Mimeo. 2014, FE/UNICAMP.

MENEZES, Maria Cristina. Prática docente jesuítica e política colonial no Brasil quinhentista. In: Pro-posições, vol. 11, n.3 (33), nov. 2000. pp. 45-54.

MOACYR, P. A instrução e o Império. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936. NAVA, P. Chão de ferro. Editora Ateliê, 2001. (capítulo sobre o Colégio Pedro II) NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil 1549-1560. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo:1988.

NOVINSKY, A. "*Estudantes Brasileiros 'Afrancesados' da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antonio de Moraes e Silva (1779-1806)*" In: Coggiola, O. (org). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo/ Brasília: Nova Stella/Edusp/CNPq, 1990.

SOUSA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910. São Paulo, UNESP, 1998.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. In: Cadernos Cedes, n. 51, nov. 2000. P. 09-28. _____.Tecnologias de Ordenação Escolar no Brasil XIX: Currículo e Método Intuitivo nas Escolas Primárias Norte-Americanas (1860 -1880). Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 9, p. 21-35, 2005.

TANURI, L. M. "História da formação de professores." In: **Revista Brasileira de Educação**, ANPED: Editora Autores Associados, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14. TEIXEIRA Junior, Oscar. " A Reforma do Ensino Paulista: a adoção do Método Intuitivo." In: "*Escola Complementar de Campinas 1903-1911: espaços, cultura e saberes escolares.*" Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, FE, 2005. _____. Representações e apropriações docentes do método intuitivo na educação paulista da Primeira República. Doutorado em Educação. UNICAMP/FE, 2011. VALDEMARIN, V. T. O Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. In: O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP-FCL, 1998. p. 63-105.

VILLELA, H., "A Primeira Escola Normal do Brasil." In: NUNES, Clarice (org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

VILHENA, Luiz dos Santos. Carta VIII. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília. Contidas em XX Cartas. Imprensa Oficial do Estado. 1802. Bahia. pp 282-302.

EL485 - Filosofia e História da Educação.

Ementa

Introdução à Filosofia e História da Educação, consideradas à luz de suas diferenças frente à Ciência e à Pedagogia: estudo e discussões das origens históricas da Filosofia e dos processos, narrativas e ideias que se relacionam com as configurações assumidas pela Educação no Brasil, principalmente em seu período de formação. Estudo das transformações históricas da sociedade e da educação brasileira com ênfase nas principais concepções filosóficas presentes no pensamento educacional brasileiro.

Objetivos

-Apresentar os fundamentos epistemológicos e políticos da área temática da Filosofia e da História da Educação. Introduzir o licenciando na reflexão filosófica e histórica do fenômeno educacional, delineando seu campo de investigação e sua natureza científica e política. -Desenvolver reflexões que possibilitem a compreensão do processo educacional brasileiro, a partir de seus principais movimentos históricos, articulando-os com a construção social das teorias pedagógicas dominantes, proporcionando a qualificação e a formação geral do educador.

-Apresentar diretrizes para uma atuação crítica frente à realidade histórica e às matrizes institucionais da Educação brasileira.

Programa

I. Filosofia e História da Educação: estatuto epistemológico e contexto histórico- político do fenômeno educacional. A Educação como campo de investigação nas Ciências Humanas.

Educação, Sociedade e Cultura. Origens históricas das instituições educacionais: Ponce,Luzuriaga e Manacorda.Filosofia e Educação: conceitos básicos e matrizes interpretativas;

II. Educação e Escolarização: matrizes, conceitos e contradições. A emergência da escola nas sociedades escravistas antigas. Educação e Escola: sentido lato e estrito. A Paideia Grega e a Paideia Cristã. Educação, Escola e Modernidade. Educação e Economia; III. Filosofia, História e Educação no Brasil. Fundamentos filosóficos e marcos históricos da educação brasileira. A organização do sistema educacional-escolar até 1930. Tendências filosóficas e diretrizes institucionais e culturais da educação brasileira no modelo agrário-exportador.

IV. A Educação Brasileira no século XX e XXI. Industrialização, escolarização e urbanização pós-1930. A modernização conservadora da sociedade brasileira. Educação Escolar e Marginalização Social.

V. Educação e Globalização: desafios e perspectivas. O ensino público no Brasil e o desenvolvimento social. A reforma educacional neoliberal (1996- 2006). A educação como processo de emancipação humana e como Direito. Direito à Educação e a Educação como Direito. Educação e Modernização da produção. A educação como direito subjetivo e social (2007-2014). A BNCC de 2017 e as duas políticas públicas, duas pedagogias e dois projetos sociais em disputa política no Brasil.

EL774 - Estágio Supervisionado I

Ementa

Desenvolvimento de atividades de estágio, atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao professor em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional.

Objetivos

O objetivo deste projeto de estágio é discutir as principais contribuições do exercício da docência para as atividades escolares no Brasil. Pretende-se que o aluno compreenda as questões relativas ao exercício do magistério a partir de uma perspectiva histórica. A disciplina trata, por um lado, dos processos de profissionalização docente e da história das práticas de ensino entre a idade moderna e contemporânea. Por outro, discute os modos como atualmente a docência é percebida e lembrada de modo a interrogar as representações sociais que envolvem o trabalho docente na contemporaneidade.

Programa

A disciplina de estágio supervisionado I desenvolverá o tema Profissão Docente e Memória Educacional tendo em vista compreender as condições de exercício da docência em seus aspectos pedagógico-curriculares e as mudanças que a atividade docente tem sofrido contemporaneamente. Está organizada em 7 unidades temáticas:

I. Memórias e Histórias da Profissão Docente

II. Memória e Experiência Docente

III. Associativismo Docente

IV. O cuidado como forma da relação adulto-criança

V. História da formação docente

VI. Ciclos de vida profissional

VII. Histórias de vida como prática de formação

BIBLIOGRAFIA - REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente.In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.

_____. Metáforas da iluminação: observações acerca do estatuto da história da educação brasileira. In: SOUSA, Cynthia (org.) História da Educação: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 43-51. _____. et al. (orgs). Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. 4ª Edição, São Paulo: Escrituras, 2003.

NÓVOA, António (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1991. _____. Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992.

_____. Do mestre-escolaa professor do ensino primário. Lisboa: ISEF, 1986. VIANNA, Cláudia. Os nós do "nós": crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXO III - PROGRAMA DO CONCURSO – OBJETO DAS PROVAS

EP110 – História da Educação I

Ementa

Introdução à História da Educação. Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação. Fundamentos da História e História da Educação e da pedagogia: na antiguidade, na medievalidade, na modernidade e na contemporaneidade geral e no Brasil.

Bibliografia

ALVES, Gilberto L. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. cap. 1 (p. 51-68).

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 5. reimp. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 07-37. CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: _____. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 01-23.

CASTANHO, Sérgio E. M. Questões teórico-metodológicas de história cultural e educação. In: LOMBARDI, J.; CASIMIRO, A.; MAGALHÃES, L. (Org.). *História, cultura e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 137-168. 5

_____. *Teoria da história e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova história"*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ENGELS, Friedrich. *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOMBARDI, José C. História e historiografia da educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J.; NASCIMENTO, M. (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004, 141-176.

LOPES, Eliane M. Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

MANACORDA, Mario A. *História da educação: da antiguidade aos dias atuais*. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

MARROU, Henri-Iréné. *História da educação na antiguidade*. São Paulo: EPU, 1990. MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José P. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 50-64.

NORONHA, Olinda M. Inovação metodológica no ensino superior: reflexões a partir do ensino da história da educação. In: CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Org.). *O que há de 6 novo na educação superior: do projeto político-pedagógico à prática transformadora*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 239-255.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1988.

RUGIU, Antonio S. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. Campinas, HISTEDBR On-line, n. 22 – Especial, ago. 2006. p. 28-35.

_____. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 07-15. _____. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: *Pedagogia histórico-crítica: primeiras*

aproximações. 8. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. p. 11-

22.
SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
TAMBARA, Elomar. Problemas teórico-metodológicos da história da educação. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.; SANFELICE, J. (Org.). *História e história da educação*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000. p. 79-87.

EP210 – História da Educação II

Ementa

História Moderna e História da Educação no Brasil no período colonial e no Império.

Bibliografia

ANTUNHA, Heládio C. G. *Instrução Pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920*. São Paulo: Edusp, 1976, p. 43-93.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo, Saraiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1978. AZEVEDO, Fernando de. O sentido da Educação Colonial. In: A transmissão da cultura. 5a. ed. Brasília, Melhoramentos, 1976.

BARBOSA, RUI. Primeiras lições de coisas. Manual de ensino elementar por N. Calkins. "Ampliado as condições do nosso idioma e paizes que o falar". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O ensino mútuo no Brasil. (1808-1827). In: BASTOS, Maria H. Câmara e FARIA FILHO, Luciano M. (org). A escola elementar no século XIX. Passo Fundo, Ediup, 1999. pp 95-117.

BINZER, Ina Von. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, J. M. A construção da ordem. Parte I: A elite política Imperial. RJ: Ed. UFRJ/Relume Dumarã, 1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo. Saraiva. Editora da Universidade de São Paulo.1978

CUNHA, L. A. A Universidade Tempora: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.

DUSSEL, I. CARUSO, M. A invenção da sala de aula. São Paulo: Moderna, 2003. FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, et al. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000. P.135-150.

FERNANDES, R. Notas sobre o ensino dos índios entre 1760 e 1770. Revista de Educação, vol. V., n. 2, 1996. Depto. de Educação da F. C. da Un. Lisboa.

_____, MENEZES, M. C. A cada um o seu lugar: ou as normas do ensino mútuo. FELGUEIRAS, M. L.; e MENEZES, M.C.(org), In: **Rogério Fernandes – Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação.** Porto:Edições Afrontamento.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

_____. Sobre a escola elementar no período pré-pombalino. In: FELGUEIRAS, M. L.; e MENEZES, M.C.(org), **Rogério Fernandes – Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação.** Porto:Edições Afrontamento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HAIDAR, M. L. M., "Os preparatórios e os exames parcelados. Reflexões do Sistema nos

Colégios das Artes, nos Liceus Provinciais e nos Seminários Episcopais." In: **"O Ensino Secundário no Império Brasileiro."** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Editorial Grijalbo, 1972, p.47-94.

HILSDORF, Maria Lúcia. O ensino mútuo na província de São Paulo. In: BASTOS, Maria H. Câmara e FARIA FILHO, Luciano M. (org). A escola elementar no século XIX. Passo Fundo: Ediupf.1999, p. 197-215.

_____. **História da Educação Brasileira:** leituras. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

_____. O Colégio dos Jesuítas de São Paulo (Que não era Colégio nem se chamava São Paulo). **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 39: 169-180, 1995.

_____. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1810-1860). Vidal, D. G. e Hilsdorf, M. L. Tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001. LEITE, S. Breve História da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1760). Braga, Liv. A.I., s/d.

LOURENÇO FILHO, M. B. "A margem dos pareceres sobre o ensino." In: **"A pedagogia de Rui Barbosa"** Organização: Ruy Lourenço Filho – 4. Ed. Ver. Ampl. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001, p. 57- 72. MANCHESTER, A. K. *"A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro"*. In: Keith, H. H. e Edwards, S. F. (orgs) *Conflitos e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1970.

MATTOS, I. R. O tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENEZES, Maria Cristina. O ensino jesuítico no Brasil: o Ratio Studiorum. Mimeo. 2014, FE/UNICAMP.

MENEZES, Maria Cristina. Prática docente jesuítica e política colonial no Brasil quinhentista. In: Pro-posições, vol. 11, n.3 (33), nov. 2000. pp. 45-54.

MOACYR, P. A instrução e o Império. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936. NAVA, P. Chão de ferro. Editora Ateliê, 2001. (capítulo sobre o Colégio Pedro II) NÓBREGA, Manuel da. Cartas do Brasil 1549-1560. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.1988.

NOVINSKY, A. *"Estudantes Brasileiros 'Afrancesados' da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antonio de Moraes e Silva (1779-1806)"*. In: Coggiola, O. (org). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo/ Brasília: Nova Stella/Edusp/CNPq, 1990.

SOUSA, R. F. de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no

Estado de São Paulo: 1890-1910. São Paulo, UNESP, 1998.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. In: Cadernos Cedes, n. 51, nov. 2000. P. 09-28. _____Tecnologias de Ordenação Escolar no Brasil XIX: Currículo e Método Intuitivo nas Escolas Primárias Norte-Americanas (1860-1880). Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 9, p. 21-35, 2005.

TANURI, L. M. "História da formação de professores." In: **Revista Brasileira de Educação**, ANPED: Editora Autores Associados, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14. TEIXEIRA Junior, Oscar. " A Reforma do Ensino Paulista: a adoção do Método Intuitivo." In: *"Escola Complementar de Campinas 1903-1911: espaços, cultura e saberes escolares."* Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, FE, 2005.

_____. Representações e apropriações docentes do método intuitivo na educação paulista da Primeira República. Doutorado em Educação. UNICAMP/FE, 2011. VALDEMARIN, V. T. O Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para o mundo interpretado. In: O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP-FCL, 1998. p. 63-105.

VILLELA, H., "A Primeira Escola Normal do Brasil." In: NUNES, Clarice (org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

VILHENA, Luiz dos Santos. Carta VIII. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília. Contidas em XX Cartas. Imprensa Oficial do Estado. 1802. Bahia. pp 282-302.

EL485 - Filosofia e História da Educação.

Ementa

Introdução à Filosofia e História da Educação, consideradas à luz de suas diferenças frente à Ciência e à Pedagogia: estudo e discussões das origens históricas da Filosofia e dos processos, narrativas e ideias que se relacionam com as configurações assumidas pela Educação no Brasil, principalmente em seu período de formação. Estudo das transformações históricas da sociedade e da educação brasileira com ênfase nas principais concepções filosóficas presentes no pensamento educacional brasileiro.

Objetivos

-Apresentar os fundamentos epistemológicos e políticos da área temática da Filosofia e da História da Educação. Introduzir o licenciando na reflexão filosófica e histórica do fenômeno educacional, delineando seu campo de investigação e sua natureza científica e política. -Desenvolver reflexões que possibilitem a compreensão do processo educacional brasileiro, a partir de seus principais movimentos históricos, articulando-os com a construção social das teorias pedagógicas dominantes, proporcionando a qualificação e a formação geral do educador.

-Apresentar diretrizes para uma atuação crítica frente à realidade histórica e às matrizes institucionais da Educação brasileira.

Programa

I. Filosofia e História da Educação: estatuto epistemológico e contexto histórico- político do fenômeno educacional. A Educação como campo de investigação nas Ciências Humanas. Educação, Sociedade e Cultura. Origens históricas das instituições educacionais: Ponce,Luzuriaga e Manacorda.Filosofia e Educação: conceitos básicos e matrizes interpretativas;

II. Educação e Escolarização: matrizes, conceitos e contradições. A emergência da escola nas sociedades escravistas antigas. Educação e Escola: sentido lato e estrito. A Paideia Grega e a Paideia Cristã. Educação, Escola e Modernidade. Educação e Economia; III. Filosofia, História e Educação no Brasil. Fundamentos filosóficos e marcos históricos da educação brasileira. A organização do sistema educacional-escolar até 1930. Tendências filosóficas e diretrizes institucionais e culturais da educação brasileira no modelo agrário-exportador.

IV. A Educação Brasileira no século XX e XXI. Industrialização, escolarização e urbanização pós-1930. A modernização conservadora da sociedade brasileira. Educação Escolar e Marginalização Social.

V. Educação e Globalização: desafios e perspectivas. O ensino público no Brasil e o desenvolvimento social. A reforma educacional neoliberal (1996- 2006). A educação como processo de emancipação humana e como Direito. Direito à Educação e a Educação como Direito. Educação e Modernização da produção. A educação como direito subjetivo e social (2007-2014). A BNCC de 2017 e as duas políticas públicas, duas pedagogias e dois projetos sociais em disputa política no Brasil.

EL774 - Estágio Supervisionado I

Ementa

Desenvolvimento de atividades de estágio, atividades de imersão no campo de trabalho que propiciem, ao professor em formação, o contato com experiências, práticas e conhecimentos de natureza profissional.

Objetivos

O objetivo deste projeto de estágio é discutir as principais contribuições do exercício da docência para as atividades escolares no Brasil. Pretende-se que o aluno compreenda as questões relativas ao exercício do magistério a partir de uma perspectiva histórica. A disciplina trata, por um lado, dos processos de profissionalização docente e da história das práticas de ensino entre a idade moderna e contemporânea. Por outro, discute os modos como atualmente a docência é percebida e lembrada de modo a interrogar as representações sociais que envolvem o trabalho docente na contemporaneidade.

Programa

A disciplina de estágio supervisionado I desenvolverá o tema Profissão Docente e Memória Educacional tendo em vista compreender as condições de exercício da docência em seus aspectos pedagógico-curriculares e as mudanças que a atividade docente tem sofrido contemporaneamente. Está organizada em 7 unidades temáticas:

I. Memórias e Histórias da Profissão Docente

II. Memória e Experiência Docente

III. Associativismo Docente

IV. O cuidado como forma da relação adulto-criança

V. História da formação docente

VI. Ciclos de vida profissional

VII. Histórias de vida como prática de formação

BIBLIOGRAFIA - REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CATANI, Denice Barbara. Estudos de história da profissão docente.In:

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano

Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.

_____. Metáforas da iluminação: observações acerca do estatuto da história da educação brasileira. In: SOUSA, Cynthia (org.) História da Educação: processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 43-51. _____ et al. (orgs). Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. 4ª Edição, São Paulo: Escrituras, 2003.

NÓVOA, António (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1991. _____. Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992.

_____. Do mestre-escolaa professor do ensino primário. Lisboa: ISEF, 1986. VIANNA, Cláudia. Os nós do "nós": crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. História da profissão docente no Brasil: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

ANEXO IV – ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 3º da Deliberação CEPE-A-013/2025, o Plano de Trabalho, que deve ser apresentado pelo candidato no momento da inscrição, consiste em uma descrição detalhada das propostas de atuação nas três dimensões principais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. O plano deve conter as seguintes informações e requisitos:

I - Articulação entre ensino, pesquisa e extensão: O plano deve demonstrar como o/a candidato/a pretende integrar essas três áreas essenciais do trabalho acadêmico.

II- Aderência à área e disciplinas do concurso: O candidato deve mostrar como suas propostas se alinham com as necessidades do concurso e as áreas do conhecimento requeridas para o cargo.

III- Coerência com os Projetos Pedagógicos da Graduação e Pós-graduação: O plano deve estar em consonância com os projetos pedagógicos da Faculdade de Educação, considerando as especificidades de cada curso e as linhas de pesquisa adotadas na Unidade.

IV - Viabilidade e exequibilidade: O candidato deve apresentar propostas que sejam viáveis dentro do período inicial do concurso, especialmente considerando o estágio probatório (primeiros três anos) e a possibilidade de sua implementação no contexto da Faculdade de Educação.

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

CONCURSO PÚBLICO - PROFESSOR DOUTOR

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP

Nome:

Nº Concurso: 19-P-14356/2026

Área do Concurso: História da Educação

Disciplinas do Concurso: EP110 - História da Educação I / EP210 - História da Educação II / EL485 - Filosofia e História da Educação / EL774 - Estágio Supervisionado I

De acordo com Art. 3o da Deliberação CEPE-A-013/2025, de 01/07/2025, o plano de trabalho consiste em uma descrição detalhada das propostas de atuação nas três dimensões principais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

1. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: O plano deve demonstrar como o/a candidato/a pretende integrar as três áreas essenciais do trabalho acadêmico (ensino, pesquisa e extensão).

2. ADERÊNCIA À ÁREA E DISCIPLINAS DO CONCURSO: Deve-se mostrar como suas propostas se alinham com as necessidades do concurso e as áreas do conhecimento requeridas para o cargo.

3. COERÊNCIA COM OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: O plano deve estar em consonância com os projetos pedagógicos da Faculdade de Educação, considerando as especificidades de cada curso e as linhas de pesquisa adotadas na Unidade.

4. VIABILIDADE E EXEQUIBILIDADE: Deve-se apresentar propostas que sejam viáveis dentro do período inicial do concurso, especialmente considerando o estágio probatório (primeiros três anos) e a possibilidade de sua implementação no contexto da Faculdade de Educação.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO V – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE USO DE NOME SOCIAL

Eu, _____

_____, portador(a) do documento de

identidade/RG nº _____, órgão expedidor

_____, UF _____, CPF nº _____, inscrito

no Concurso Público para provimento de cargo de Professor Doutor junto à Faculdade de Educação (Processo Sigad nº 19-P-14356/2026), SOLICITO a

inclusão e uso do meu nome social (o nome social deverá ser formado pelo prenome (simples ou composto) e pelo sobrenome familiar presente

no _____ nome _____ civil) _____

para o fim específico de atender ao item 3.1.4 do referido edital de abertura de inscrições.

Campinas, _____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

ANEXO VI – LISTA DE TEMAS DA PROVA DIDÁTICA

1.Historiografia da educação brasileira: tendências e perspectivas

2. História e Métodos da história da educação: questões e debates

3. História da educação no período colonial

4. História da educação no período do Império

5. Projetos educacionais e Interpretações do Brasil

6. Matrizes históricas e culturais da educação brasileira

7. Povos indígenas e projeto educacional colonizador

8. Sociedade escravista, ancestralidade, diáspora e educação na formação do Brasil

9. Qualidade, equidade e exclusão como questões históricas da educação brasileira

10. Políticas públicas educacionais e movimentos sociais na contemporaneidade.

EDITAL Nº 19-P-20787/2026, DE 17 DE JUNHO DE 2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EDITAL

(PROC. Nº 19-P-20787/2026)

A Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 (um) cargo de Professor Titular, nível MS-6, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de História da Educação, na disciplina EP 412 - História da Educação III, do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

DESCRIÇÃO DO CARGO:

O cargo de Professor Titular é o último nível da carreira docente da Universidade, e para o seu provimento o candidato deve comprovar sólida formação acadêmica, qualificação e trajetória profissional, observando-se o perfil docente da Faculdade de Educação, descrito na Deliberação CONSU-A-031/2011, de 29/11/2011.

1. DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderão se inscrever no concurso:

1.1.1. Professor Associado da Unicamp, portador há 5 (cinco) anos, no mínimo, do título de Livre-Docente e que satisfaça o perfil de Professor Titular da Unidade;

1.1.2. Candidato externo à Carreira do Magistério Superior da Unicamp, portador há 5 (cinco) anos, no mínimo, do título de Livre-Docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e que satisfaça o perfil de Professor Titular da Unidade;

1.1.3. Docente integrante da Parte Suplementar (PS) do QD-UNICAMP que exerça a função MS-5 ou MS-6 na forma do § 3º do Artigo 261 do Regimento Geral;

1.1.4. Especialista externo à Carreira do Magistério Superior da Unicamp, de reconhecido valor e com atividade científica comprovada na área do concurso.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como,